



XXI Plenária Nacional

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

13, 14 e 15 de abril – São Paulo (SP)

Tese-guia de conjuntura

A XIX Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, realizada em abril de 2016, se deu no olho do furacão golpista, poucos dias depois da votação, na Câmara dos Deputados, do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. De lá para cá, nestes dois anos que separam aquele debate desta XXI Plenária do FNDC que acontece agora, ainda estamos vivendo não apenas as consequências do golpe midiático, jurídico, parlamentar, mas, mais do que isso, seu embrutecimento profundo. Isso implica tanto a não concretização de projetos essenciais para a sociedade — entre os quais nossa luta inclui o marco regulatório das comunicações — quanto um distanciamento cada vez maior dessas pautas, sufocadas pela força dos interesses de uma elite antidemocrática que tenta, a todo custo, manter seus próprios privilégios à custa dos direitos sociais que ataca.

O termo “midiático” não foi empregado à toa. É justamente o oligopólio midiático no Brasil que tem cumprido à risca o papel de endossador do golpe. É ela, a chamada “grande mídia”, pertencente a menos de uma dezena de famílias, que manipula dados e informações a fim de convencer a população de que é preciso cortar gastos para o país não quebrar, é preciso cortar aposentadorias para a Previdência Social não quebrar, é preciso cortar direitos trabalhistas para a economia não quebrar — tudo isso enquanto ajuda, ela mesma, a quebrar o trabalhador e toda a população. Na verdade, a quebrar o próprio país, uma vez que nenhuma das agendas regressivas em curso nas áreas econômica, política e social, todas na contramão da redução da desigualdade, tem eficácia em evitar a deterioração das contas públicas.

O papel central da mídia no processo ilegal de impeachment de Dilma Rousseff foi debatido, em maio do ano passado, durante o 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (3ENDC), realizado em Brasília. A discussão apontou como os grandes meios de comunicação atuaram de forma partidarizada, ao lado de setores da burguesia e dos poderes Legislativo e Judiciário, para tecer uma narrativa que supostamente justificasse a destituição da presidenta. Narrativa tão bem tecida que incutiu na mente de grande parte da população o discurso de que o impeachment concretizava o ideal da luta contra a corrupção, mesmo que Dilma não tivesse sido denunciada, ao passo que seus acusadores e detratores, sim. É provável que, ainda hoje, boa parte de quem comprou esse discurso não saiba que o motivo do processo movido contra a presidenta não foi qualquer acusação de corrupção, mas as manobras contábeis praticadas pelo Tesouro Nacional, com o atraso de repasse para bancos financiadores de despesas do governo com benefícios sociais e previdenciários, ajudando a fechar as contas de um determinado período ao jogar a fatura para o período seguinte — o que, de acordo com vários especialistas, não constitui crime de responsabilidade.



A imposição de um limite para os investimentos públicos (Emenda Constitucional 95) foi uma das primeiras e principais medidas do governo golpista para consolidar esse projeto. Com essa exclusão do povo e das políticas públicas essenciais do orçamento do país sofreram a saúde (cada vez mais sucateada), a educação (mais e mais à mercê da sanha privatista), a ciência e tecnologia, a assistência social, a segurança pública e, bem como, a comunicação pública, com o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras).

Essa medida serviu para inibir a capacidade do Estado de promover a infraestrutura essencial à produção e ao desenvolvimento social e foi determinante para abrir espaço para as demais ações levadas a cabo pelo governo ilegítimo, da reforma do ensino médio à reforma trabalhista, favorecendo a privatização de serviços públicos e a entrega de empresas e bens públicos ao capital. A conclusão é lógica: se o Estado, limitado pelo teto de gastos, abre mão de seu papel de atender às demandas presentes e futuras relacionadas às políticas públicas e aos direitos constitucionais pelos quais tem o dever de zelar, cria-se uma reserva de mercado a ser avidamente explorada pelo setor privado e pelo mercado financeiro. Desse modo, instrumentos imprescindíveis à construção de um projeto de desenvolvimento nacional e soberano — educação pública, saúde pública, comunicação pública — são destruídos.

A Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, sancionada em 13 de julho do ano passado e em vigor desde 11 de novembro, foi um segundo passo nessa manobra. Ao privilegiar a descaracterização e a informalidade das relações de trabalho, ela exclui dos trabalhadores também o próprio direito de acesso à Justiça do Trabalho, bem como individualiza as regras que ainda restam — afetando em cheio o movimento sindical e a coletividade da luta por melhores condições de trabalho —, diminui os custos da mão de obra e o valor do trabalho e coloca a jornada e o tempo do trabalhador à total disposição do empregador.

Nesse contexto, uma das categorias mais penalizadas é a dos trabalhadores em empresas de comunicação. Se, já há bastante tempo, jornalistas estão entre os que mais sofrem com a pejetização, a situação se agrava com a reforma e a Lei 13.429/2017, que escancarou a terceirização para todas as atividades econômicas, inclusive as atividades-fim das empresas. No caso da comunicação, isso importa dizer que pode haver jornais sem um único jornalista, por exemplo, sendo todos terceirizados.

Aliada à reforma trabalhista e à lei das terceirizações está a reforma da Previdência e da Seguridade Social, que visa, na prática, a reduzir as responsabilidades do Estado na garantia de direitos dos trabalhadores e das parcelas mais pobres da sociedade, excluindo quase 40% dos trabalhadores segurados de seus direitos previdenciários. Enfrentá-las tem exigido uma ampla mobilização social, sendo de extrema importância articulações como as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Para completar o cenário, tem-se uma política de privatizações generalizada, por meio da qual empresas públicas e serviços públicos são colocados à venda, disponíveis aos interesses do capital, sobretudo internacional. A massiva campanha de desvalorização da Petrobras, que segue seu fluxo com a continuidade dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, é um exemplo disso, ampliado pela cobertura da mídia hegemônica. A



operação, aliás, atingiu, na condenação sem provas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num escancarado julgamento midiático e político, o auge da subserviência da Justiça aos interesses sub-reptícios das forças golpistas para afastar do poder projetos populares de retomada democrática, a serviço do social — mirando, principal e imediatamente, as eleições de outubro de 2018.

Longe de estabilizar política e economicamente o país, o impeachment inconstitucional da presidenta Dilma Rousseff mergulhou o Brasil ainda mais fundo na instabilidade e na recessão. Assim, a XXI Plenária do FND C se dá num momento cujas nebulosidade e perversidade chegam a ser maiores do que aquelas que pairavam sobre 2016. Na ocasião, avaliamos corretamente que a presidenta, reeleita em 2014, vinha tomando uma série de medidas equivocadas para enfrentar a crise, privilegiando a aliança com partidos de centro-direita e adotando uma agenda econômica conservadora para agradar ao mercado, totalmente contrária às promessas de mudanças progressistas que haviam garantido sua vitória nas urnas.

Entretanto, se já existia um afastamento da base social que elegera Dilma, o rompimento foi definitivo com o governo Temer, que passou a implementar abertamente o programa de gestão neoliberal que havia sido derrotado nas urnas nas eleições de 2014. E, no âmbito da comunicação, se a pauta da democratização e da regulamentação da mídia foi negligenciada mesmo nos governos progressistas de Lula e Dilma, sob o comando de Temer ela parece definitivamente sepultada.

A redução da dotação orçamentária para a EBC e o desmonte provocado pela Lei 13.417/2017, que extinguiu o Conselho Curador e acabou com o mandato de seu presidente, provocou o esvaziamento de seu caráter público e alterou drasticamente o rumo da empresa, retirando a representatividade da sociedade civil, e tornando o conteúdo cada vez mais atrelado ao governo. Muitas vezes, passa-se do jornalismo independente e público para a publicidade — no sentido original de tornar públicos os atos do governo, ainda que falseando-os — e a propaganda — no sentido de propagar a ideia de que as propostas e ações desse governo, de ataques aos direitos sociais, são pretensamente necessárias e legítimas.

A essa desconstrução do ideal da EBC soma-se a perseguição e o assédio moral a seus trabalhadores. Vale lembrar que, em novembro passado, funcionários da empresa entraram em greve contra o congelamento dos salários e a retirada de direitos do acordo coletivo. A paralisação extrapolou a pauta trabalhista, porém, e denunciou o desmanche do papel da EBC na comunicação pública, a sujeição aos interesses do governo e também do mercado — os mesmos interesses responsáveis pelo golpe — e a imposição, aos servidores, de agirem como se estivessem dentro da mídia corporativa. Durante o 3º FND C, trabalhadores de diferentes TVs educativas também alertaram sobre o desmonte do caráter público das emissoras e os ataques e perseguições praticados pelos governos estaduais.

A Empresa Brasil de Comunicação e as TVs educativas estaduais não são as únicas em risco. O Projeto de Lei Complementar 79/2016, já mencionado acima, transforma as concessões de telecomunicações em autorizações e transfere uma infraestrutura estratégica da União, avaliada em R\$ 100 bilhões, para o patrimônio privado das



operadoras. Na prática, a proposta representa o fim da universalização dos serviços de telecomunicações, podendo elevar preços de conexão e deixar regiões interioranas desconectadas. A matéria chegou a ser enviada para a sanção presidencial, mas um mandado de segurança foi impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Senado não envie o PLC 79/2016 à sanção presidencial sem que antes seja apreciado pelo Plenário, situação que permanece pendente.

Além disso, o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), cujo objetivo inicial era prestar serviço de banda larga em localidades ainda não atendidas, escolas rurais, postos de saúde, de fronteira, interconexão de órgãos de governo, que estava sob responsabilidade da Telebras para implantação, foi completamente desfigurado. A prioridade do atendimento social foi substituída pela privatização da capacidade do satélite para grandes corporações, as quais não têm qualquer compromisso de atendimento, tarifa e regionalização. Isso significa que essas empresas poderiam comercializar ou revender essa capacidade em todo o território nacional, prejudicando o direito básico de acesso à informação para a população mais pobre. Um contrato com a norte-americana Viasat já foi assinado em fevereiro de 2018, prevendo que a empresa estrangeira forneça a infraestrutura terrestre para funcionamento do SGDC.

As empresas de telecom não foram as únicas a ganhar presentes de Temer. Também em dezembro de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que modifica o Regulamento de Sanções Administrativas previstas para os canais de radiodifusão que descumprirem a legislação em vigor no Brasil, tornando mais difícil cassar suas concessões. As mudanças no marco regulatório do setor foram confirmadas no Diário Oficial da União, já como lei, no dia 29 de março de 2017. Com as alterações, todo concessionário que tenha perdido o prazo para renovar suas outorgas ganhou 90 dias para fazê-lo, tendo sido excluído do texto da lei a previsão de cumprimento de “todas as obrigações legais e contratuais” e o atendimento “ao interesse público” como requisito para o direito à renovação das outorgas. Além disso, quaisquer alterações nos objetivos sociais das empresas concessionárias feitas ilegalmente, sem a autorização do ministério, assim como cessões de cotas e ações que alterassem o controle societário das empresas, ganharam 60 dias para informar o governo das mudanças, sem qualquer prejuízo para continuarem funcionando normalmente.

A comemoração das empresas pelas mudanças nas regras demonstra o quanto, mesmo quando supostamente há acesso à informação, ela é comprometida. A Carta de Brasília, documento final do 3ENDC, atestou como o Brasil, que já era um dos países com maior concentração nas comunicações do mundo, passou, com o golpe político, jurídico e midiático, a um estado de completa ausência de pluralidade e diversidade no debate público, à qual se juntaram crescentes casos de violação da liberdade de expressão e do direito à informação.

A campanha “Calar jamais”, lançada em 2016 pelo FND C, tem recebido, coletado e tornado públicas denúncias sobre ataques à liberdade de expressão no Brasil, bem como violações de direitos humanos praticadas pelos meios de comunicação, sobretudo no que diz respeito ao racismo e à violência de gênero. É provável que o quadro se agrave



com a criação do Ministério de Segurança Pública e a intervenção federal no Rio de Janeiro, que representam afrontas à liberdade de expressão, com o fichamento dos moradores, a exigência de cadastro dos jornalistas e veículos de comunicação antes de coletivas com generais do exército e o envio de perguntas por escrito.

Outra campanha importante em andamento é a “Seus dados são você”, encabeçada pela Coalizão Direitos na Rede. Essa ação busca alertar as pessoas para os riscos do uso feito por empresas e instituições públicas das informações pessoais e chamar a atenção para a necessidade da aprovação de uma lei que garanta a proteção dos dados pessoais de cada indivíduo. O tema está em discussão no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei 5.276/2016, que “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural”.

É fundamental que a narrativa golpista seja combatida por nossa narrativa contra-hegemônica. E é justamente por saber que a disputa de discurso é essencial que o governo Temer e seus aliados têm atacado a comunicação pública e a luta pela democratização dos meios de comunicação. Por isso, nas eleições que acontecerão em outubro de 2018, é primordial cobrar o compromisso de cada candidato e candidata com a esta pauta.

O processo eleitoral, contudo, apresenta outros desafios. Um deles é o quadro eleitoral disperso, tanto para as forças de esquerda quanto para as da direita. Pela esquerda, há tanto a luta contra a possível inelegibilidade de Lula quanto a busca por nomes alternativos, como a pré-candidatura de Manuela D’Ávila, pelo PCdoB, e a pré-candidatura de Guilherme Boulos, pelo PSOL. Também há a candidatura de Ciro Gomes, que procura se posicionar num campo progressista, mas que não demonstra fôlego para aglutinar toda a esquerda. Por sua vez, a direita também não conseguiu produzir uma candidatura que unifique o campo político e econômico que patrocinou o golpe. Um setor mais reacionário aposta no discurso ultra-direitista de Jair Bolsonaro, que é o candidato da direita melhor posicionado nas pesquisas de intenção de voto. A mídia, que promoveu Bolsonaro, tenta passar à população a ideia de que Bolsonaro é a direita, Lula é a esquerda e todo o resto dos candidatos do establishment são de centro. Numa manobra narrativa, a chapa Geraldo Alckmin – Henrique Meirelles é chamada de centro pela mídia hegemônica, que tenta tornar mais palatável a agenda neoliberal para a sociedade. Buscam-se, também, alternativas da direita em nomes de “fora da política”. Nessa perspectiva, a mídia golpista novamente cumpre seu papel, porque ela é quem projeta a imagem dessas figuras “empreendedoras” e “apolíticas” como salvadoras da pátria. É ela também que reforça os ataques dos candidatos alinhados com seus interesses à comunicação pública.

A direita também prepara uma ofensiva contra a liberdade de expressão, em particular de olho no período eleitoral, sob o pretexto de se combater a disseminação de notícias falsas na internet – Fake News. Tanto é que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um Conselho Consultivo com a missão de elaborar uma resolução sobre o tema para as eleições de 2018, contando com a participação do Exército e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Polícia Federal que tem se especializado em tratar movimentos populares e ativistas como inimigos internos a serem combatidos.



No Parlamento, tramitam vários projetos de lei com esta pauta. Dois deles (PL 6812/17 e 7604/17), ambos de autoria do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), pretendem tornar crime a prática de divulgar ou compartilhar “informação falsa ou prejudicialmente incompleta em detrimento de pessoa física ou jurídica”, multando em 50 milhões de reais por post as plataformas que não apagarem este tipo de publicação de seus usuários em até 24 horas.

O grave é que os defensores dessas medidas não parecem ter consciência de que, na maior parte das vezes, o cidadão comum sequer tem informações ou estrutura para verificar a veracidade de um conteúdo que circula pela internet.

Iniciativas de empresas de mídia, organizações não governamentais e de plataformas têm desenvolvido iniciativas e parcerias para checagem de fatos e “classificação” do que é verdade ou não na internet, chamados de fact checking. Mas a questão que deve ser feita é: cabe ao estado ou à iniciativa privada classificar uma notícia como verdadeira ou falsa? Criar um ranking ou selo de qualidade para o jornalismo online? Essas medidas podem abrir graves precedentes para a circulação da informação, e podem flertar perigosamente com a censura e a violação à liberdade de expressão. Ainda mais quando tal análise se restringirá à informação distribuída na internet. Notícias falsas, imprecisas, manipuladas sempre existiram e foram distribuídas por emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas.

A mídia tradicional enxerga no fenômeno uma oportunidade de tentar recuperar sua credibilidade junto à população, reivindicando serem detentores da verdade, quando, na prática, manipulam as informações e não cumprem seu papel. Sim, é grave que as fake news tenham influenciado ou até mudado resultados eleitorais na Europa ou nos Estados Unidos. Mas esse não é um serviço ao qual mídia brasileira também se presta em todos os processos políticos no país?

Reafirmar o princípio da liberdade de expressão e de imprensa e o direito à comunicação e à informação como direitos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática, assim como defender os princípios de proteção da privacidade assegurados pelo Marco Civil da Internet, faz-se urgente e preciso. Despertar cada vez mais a classe trabalhadora, o movimento sindical, os movimentos sociais para a importância estratégica da comunicação é uma das ferramentas imprescindíveis para enfrentar o golpe que segue em marcha e suas consequências. Esses são alguns dos desafios que o FNDC deverá enfrentar no próximo período.